

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Governo vai leiloar quatro áreas da cessão onerosa	3
Título: Para área econômica, acerto com Petrobras não deve sair logo	5
Título: Fim de disputa bilionária com estatal reforça caixa do ES	6
Título: Para indústria de SP, é 'impossível' absorver nova alta do gás natural.....	7
Título: ANP recua sobre fórmula de preços de contratos.....	9
Título: Curtas	10
Título: Energia nuclear, desnecessária e economicamente inviável.....	10
Título: Elétrico não é única solução à questão ambiental, defendem montadoras	13
Título: Destaques	16
Título: Fundo ativista defende venda da EDP Brasil	16
Título: Justiça cancela contratos e arresta bens da Vega	18
Título: Petrobras veta promoção de amigo de Bolsonaro para gerência	20
Título: Schvartsman defende tese de acidente na Câmara	21
Título: Autoria em MG aponta onze barragens com problemas	23
Título: Tragédia "mudou o setor", diz presidente da South32	25
Título: Caiado tenta manter produção de amianto em Goiás	27
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: » Boletim.....	28
Título: O custo da irresponsabilidade	28
Título: 'Vale é uma joia; não pode ser condenada por um acidente'	30
Título: No Rio Paraopeba, 305 quilômetros já estão contaminados	32
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32

Título: Nada muda	32
Título: Petrobras fará provisão de R\$ 3,5 bilhões	33
Título: Presidente da Vale diz que empresa é uma joia e não pode ser condenada	33
Título: CVM vai investigar conduta de executivos da mineradora	35
Título: Lama da Vale pode ter destruído pelo menos 8 sítios arqueológicos em MG	35
Título: Procuradoria diz que Vale privilegiou lucro em vez de segurança	37
VEÍCULO: O Globo.....	38
Título: A Petrobras na era Bolsonaro	38
Título: Vale é 'joia da coroa', não pode ser condenada	39
Título: Vale: CVM investiga administradores por causa de Brumadinho	41
Título: Petrobras pagará mais de R\$ 3 bi por unificação de campos no ES	42
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	43
Título: A Vale não merece ser condenada	43
Título: Acusada de usar remédio vencido	45
Título: O passado como lição	46
Título: Punição e recuperação.....	47
Título: O rosto da Vale em Brumadinho, no Brasil e no mundo	48

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/02/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Governo vai leiloar quatro áreas da cessão onerosa**

O governo pretende ofertar quatro áreas no pré-sal da Bacia de Santos, no leilão dos excedentes da cessão onerosa, neste ano. Segundo uma fonte, a intenção é que os ativos a serem oferecidos façam unitização, ou seja, se conectem em um só projeto, aos campos de Búzios, Itapu, Atapu e Sépia, operados hoje 100% pela Petrobras.

Esse é o escopo básico da rodada que tem sido apresentado ao mercado nos últimos dias. Em meio às expectativas de um acordo próximo entre a Petrobras e a União para viabilizar o leilão, o governo tem intensificado o contato com as grandes petroleiras globais, para apresentar as oportunidades de negócios do ano. Só neste mês, ao menos oito empresas se reuniram com representantes do Planalto.

O contrato da cessão onerosa garantiu à Petrobras, em 2010, o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte da operação que resultou no aumento da participação da União na empresa. Ao mesmo tempo em que renegocia alguns termos do contrato com a estatal, o governo quer licitar neste ano os excedentes da cessão onerosa - volumes descobertos que ultrapassam o limite ao qual a companhia tem direito a produzir. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) estima que os excedentes tenham ao menos 6 bilhões de barris. Como as áreas estão dentro do polígono do pré-sal, serão leiloadas sob o regime de partilha, que prevê o pagamento de bônus de assinatura fixo e define o vencedor pelo maior percentual de óleo ofertado à União.

Nos últimos dias, a agenda de encontros do governo com as petroleiras se intensificou. Na quarta-feira e ontem, **o secretário de petróleo e gás do do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix**, tratou de "oportunidades de investimentos em exploração e produção em 2019" com membros de ExxonMobil, Total, Equinor, BP, Chevron, CNPC e Cnooc.

Já **o ministro Bento Albuquerque** se reuniu este mês com a Galp e com a Shell, enquanto o vice-presidente Hamilton Mourão, como presidente em exercício, no dia 6, recebeu a visita da presidente da ExxonMobil, Carla Lacerda.

Albuquerque, inclusive, instalou um gabinete no Rio de Janeiro, onde funcionava o antigo escritório da Eletrobras, no centro da cidade.

O presidente global da Shell, Ben van Beurden, disse recentemente que a reunião da companhia com integrantes do governo - como Albuquerque e o ministro da Economia, Paulo Guedes - reforçou a crença de que a gestão atual adotará agenda de apoio à indústria de óleo e gás. Destacou que a Shell mira novas oportunidades no país. "Provavelmente teríamos apetite para assumir um pouco mais de risco no Brasil, se a oportunidade se apresentasse", afirmou, em teleconferência com investidores, há duas semanas.

O **Valor** apurou que a pauta da reunião foi além do assunto energia e passou, inclusive, por conversas sobre a equipe econômica, uma das partes interessadas no acordo da cessão onerosa com a Petrobras e na realização do leilão.

A lista de empresas que tem mantido contato com o governo dá a ideia do perfil das petroleiras que deverão participar da licitação: grandes companhias globais, com capacidade financeira para investir no pré-sal e pagar os vultosos bônus de assinatura esperados para a rodada. "O excedente da cessão onerosa pode ser uma oportunidade neste ano, se for atrativa comercialmente", disse a vice-presidente executiva da Equinor no Brasil, Margareth Øvrum, na semana passada.

O governo também prevê realizar neste ano a 6ª Rodada de partilha do pré-sal e a 16ª Rodada de concessões. A grande expectativa da indústria, contudo, gira em torno da realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa, que vai ofertar áreas já descobertas, praticamente sem riscos exploratórios.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, antecipou, na semana passada, que espera fechar neste mês um acordo com o governo, para viabilizar a rodada. "Estamos perfeitamente alinhados com o governo de que a negociação da cessão onerosa não é uma questão fiscal, é uma questão de desenvolvimento da indústria de petróleo no Brasil. O mais importante é que tenha o leilão dos excedentes das reservas da cessão onerosa."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Daniel Rittner | De Brasília****Título: Para área econômica, acerto com Petrobras não deve sair logo**

A área técnica da equipe econômica considera que há grande dificuldade de o governo fechar até o fim do mês um acordo em torno da revisão do contrato da cessão onerosa entre Petrobras e Tesouro Nacional. O valor pedido pela Petrobras continua muito acima do limite estipulado internamente pela Fazenda, até porque o pagamento afetará o teto de gastos.

Apesar das dificuldades, ainda há fontes dentro do ministério da Economia que apostam em um entendimento entre o fim de fevereiro e o início de março, limite para que todo o processo envolvendo os leilões de excedentes possam ser concluídos ainda neste ano, com a receita das concessões sendo pagas até dezembro e ajudando a diminuir o déficit fiscal do governo.

Por isso, a despeito das dificuldades, a hipótese de se fechar um entendimento entre as partes no prazo mencionado na semana pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em entrevista ao **Valor**, não pode ser descartada. Castello Branco, aliás, tem reunião com o ministro Paulo Guedes hoje no Rio de Janeiro.

A revisão do contrato assinado em 2010 entre Petrobras e Tesouro está pendente de uma solução desde 2014. As duas partes durante bom tempo alegaram ser credoras, mas no ano passado chegou-se à conclusão de que o Tesouro tem mesmo que ressarcir a petrolífera estatal.

A partir daí, outras questões começaram a ser objeto de discussão. Além da divergência de valor a ser pago, problemas como em que moeda a dívida seria paga e se os valores seriam quitados em dinheiro ou barris de petróleo também geravam disputas (a despeito de o contrato ser claro sobre o pagamento em dinheiro, havia proposta de mudança para permitir entrega de barris de petróleo para fazer a quitação).

O governo avalia que, após se fechar um acordo em torno da revisão do contrato entre as partes, a preparação dos leilões das áreas excedentes aos 5 bilhões de barris deverá durar entre nove e dez meses. A previsão da equipe econômica é de que até seis áreas com alta produtividade possam ser leiloadas, tão logo os procedimentos técnicos e burocráticos envolvendo os certames sejam completados.

Documentos da transição de governo apontavam que a União deveria pagar US\$ 14 bilhões à Petrobras na revisão do contrato. A atual equipe econômica, contudo, não aceita esse número e quer reduzir o valor a ser pago à empresa.

Um dos argumentos para isso é que, segundo um interlocutor da área econômica, a conta que veio a público considerava cinco parâmetros previstos no Projeto de Lei Complementar 78, que era defendido pelo ex-ministro Eduardo Guardia como necessário para viabilizar o acordo. Mas, para o atual governo, esse projeto é "carta fora do baralho", pois, tanto na área econômica quanto no **Ministério de Minas e Energia**, a leitura é que é possível fazer um acerto sem a aprovação desse texto que está no Senado.

A discussão técnica entre as duas partes, segundo relatou uma fonte, agora envolve 14 parâmetros e as contas preliminarmente feitas indicam uma dívida menor do que a estimada no ano passado.

O governo tem mantido também conversas com o Tribunal de Contas da União (TCU), mas em menor escala do que vinha ocorrendo no ano passado. O tribunal pode ser importante para dar maior segurança para quem for assinar o acordo, se ele ocorrer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Fim de disputa bilionária com estatal reforça caixa do ES

O Estado do Espírito Santo e os municípios capixabas, além da própria União, terão um reforço no caixa a partir de abril, após o fim de uma disputa bilionária com a Petrobras envolvendo o pagamento de participações especiais sobre o Parque das Baleias, na Bacia de Campos. A expectativa é que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a estatal assinem até o fim de março o acordo final para que a petroleira pague, em cinco anos, uma dívida de cerca de R\$ 3,6 bilhões, em valores atualizados, sendo R\$ 1,5 bilhão à vista.

Os valores são relativos à cobrança retroativa de participações especiais no período entre o quarto trimestre de 2016 e o fim de 2018. Da dívida total, a Petrobras já pagou R\$ 100 milhões antecipadamente, pagará mais R\$ 1,5 bilhão à vista e os R\$ 2 bilhões restantes em 60 parcelas mensais. Ontem, a Petrobras anunciou que fará uma provisão de R\$ 3,5 bilhões, no balanço do quarto trimestre de 2018, referente ao acordo.

Além disso, com o fim do impasse, a expectativa é que daqui em diante as novas cobranças passem a ser pagas em dia pela companhia, já que o pagamento da

compensação estava bloqueado. Os valores serão distribuídos entre a União (50%), Espírito Santo (40%) e municípios capixabas (10%).

No acordo, ANP e Petrobras concordam que os antigos campos de Jubarte, Baleia Azul, Baleia Franca, partes de Cachalote e Pirambu, além de pequenas parcelas de Caxaréu e Mangangá, formam um único campo, o Novo Jubarte. Antes, a estatal entendia que essas áreas eram campos isolados, o que lhe garantia a isenção no pagamento de participação especial (compensação financeira que incide campos mais produtivos).

Em 2013, o governo capixaba alertou a ANP sobre a estratégia da Petrobras. Em seguida, a agência e a estatal entraram numa disputa sobre a unificação dos campos do Parque das Baleias. Com o fim do impasse, a petroleira terá o contrato de concessão da área renovado por 27 anos, para além de 2029.

A previsão da ANP é que, após a análise das contribuições coletadas na consulta pública, a versão final do acordo seja fechada com a Petrobras até o dia 21.

Durante o período de consulta pública, o governo capixaba solicitou que, em vez de 60 parcelas, a dívida da Petrobras fosse quitada em 42 meses. O Espírito Santo pretende formar um fundo soberano com os recursos que receberá, segundo o procurador-geral do Estado, Rodrigo Francisco de Paula.

"Assim conseguimos antecipar a estruturação do fundo soberano com esses recursos, com preocupação de dar destinação adequada a esses recursos", afirmou.

Na quarta-feira, a Assembleia Legislativa capixaba autorizou o aval do governo ao acordo. O diretor da ANP Dirceu Amorelli explicou que o aval não é condição para o acordo com a Petrobras, "mas dá consistência à tomada de decisão" e ajuda a evitar judicializações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição | De São Paulo

Título: Para indústria de SP, é 'impossível' absorver nova alta do gás natural

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) autorizou a Comgás a elevar em mais de 30% a tarifa de gás natural para a grande indústria de São Paulo a partir de 1º de fevereiro. O salto tarifário

provocou críticas do setor, que reclama do forte aumento de custos e da falta de transparência e previsibilidade quanto ao reajuste do insumo.

Para a grande indústria com consumo acima 10 milhões de metros cúbicos por mês, o reajuste foi de 37,12%. Para a indústria que consome de 1 milhão a 10 milhões de metros cúbicos, houve salto de 34,7%. A pequena indústria (50 mil metros cúbicos por mês) teve reajuste de 23,97%. Já as tarifas do consumo residencial subiram de 8,58% a 11,33%, dependendo do consumo mensal, de acordo com a Arsesp.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou nota dizendo que o aumento anunciado é uma "afronta" e que as empresas não têm como lidar com um reajuste abrupto e dessa magnitude. A entidade pediu que a Arsesp analise o caso e diz que é "impossível" absorver esse impacto de um dia para o outro.

A agência reguladora do Estado, também em nota, diz que a tarifa final do gás canalizado é formada por dois componentes: preço do gás e transporte, determinado pelo fornecedor, a Petrobras, e remuneração dos serviços prestados pela concessionária, chamada margem máxima, regulada pela Arsesp e reajustada anualmente, com base no contrato de concessão. No reajuste mais recente, não houve alteração na margem máxima da Comgás, diz a agência.

No último ano, a tarifa do gás também teve fortes aumentos em Estados como Espírito Santo e Minas Gerais. O Sudeste é o maior consumidor de gás natural do país, responsável por cerca de 60% do total.

Os consumidores industriais afirmam não haver transparência no cálculo do reajuste das tarifas, o que leva a uma falta de previsibilidade. Em segmentos como o de químicos e fertilizantes, o gás chega a representar 30% do custo operacional.

Segundo uma fonte da indústria, as informações sobre os contratos entre as distribuidoras e a Petrobras, que detém o monopólio do insumo, não são públicas e os processos de revisão tarifária não são transparentes. A concessão da distribuição de gás é responsabilidade dos Estados, assim cada um tem suas regras próprias.

Sem acesso às informações, o setor não tem como prever a magnitude dos reajustes nas tarifas. No caso do Estado de São Paulo, esperava-se um aumento de 18%, metade do que ocorreu.

Em nota, Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), afirma que previsibilidade é essencial para a indústria. "É necessária a transparência tanto dos fatores que influenciam as tarifas, quanto aos procedimentos observados para cálculo destas tarifas. A situação que pode parecer absurda no entanto é regra para o setor de gás no Brasil."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ANP recua sobre fórmula de preços de contratos

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) decidiu ontem retirar da proposta de resolução sobre a transparência de preços dos combustíveis a exigência de inclusão de uma fórmula de preços dos contratos entre fornecedoras e distribuidoras. A decisão se deve a críticas feitas por agentes de que a obrigatoriedade de inclusão de uma fórmula poderia indicar interferência da autarquia na atividade das empresas.

A área técnica da ANP, então, retirou a exigência da fórmula, mas manteve a obrigatoriedade de que os agentes incluam nos contratos a serem homologados pela agência os preços parametrizados e os componentes adotados para que se chegasse aqueles preços. Na prática, o objetivo da autarquia foi manter a liberdade para os agentes praticarem os preços que desejarem e, ao mesmo tempo, garante a transparência dos preços para os consumidores e a ANP.

Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, atualmente, por exemplo, os contratos firmados entre a Petrobras e as distribuidoras que são homologados pela agência não tem informações sobre preços.

De acordo com a ANP, a minuta de resolução relativa à transparência na formação de preços de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis será desmembrada em três: uma específica para o gás natural; outra voltada aos segmentos de produção, importação e distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis; e uma terceira, direcionada à revenda de combustíveis líquidos automotivos e de gás liquefeito de petróleo (GLP).

A diretoria da ANP autorizou a realização de consulta pública, por 15 dias, para a minuta de resolução sobre produção, importação e distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis. A audiência pública será realizada em 20 de março. As outras duas propostas de resolução estão em discussão na agência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 15/02/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Energia em Roraima

O **Ministério de Minas e Energia** determinou que o leilão para suprimento de energia em Roraima seja feito até 31 de maio. O prazo representa uma extensão de 15 dias em relação ao previsto inicialmente. Além de aumentar o prazo para realização do certame, o governo alterou a data para início do fornecimento de energia e também da potência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 15/02/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Por Clauber Leite**Título:** Energia nuclear, desnecessária e economicamente inviável

A energia nuclear está de volta aos holofotes. O **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou que o ministério estuda a "viabilidade econômica" de retomar as obras da usina de Angra 3 para inaugurá-la em 2026. A perspectiva é não só dar andamento a essa construção, como instalar até oito novas plantas no país nos próximos anos. Entretanto, o diálogo relativo ao tema deve levar em conta preocupações muito concretas da sociedade em relação ao projeto cujas obras estão paradas: os custos são excessivos e ele pode representar uma transferência de renda indevida dos consumidores de energia aos acionistas da Eletrobras, controladora da Eletronuclear, empresa responsável pela energia nuclear no país.

Em termos técnicos, deve-se atentar ainda às considerações do próprio planejamento setorial, que não indica o investimento na fonte nuclear para a operação do sistema nas próximas décadas. Além disso, por maior que seja a vontade política e a capacidade de gestão do governo, ainda não se pode dar por concluída a recuperação da economia brasileira e, conseqüentemente, é grande o risco de falta de recursos para projetos desse porte.

Angra 3 começou a ser construída em 1984, mas as obras foram suspensas pouco depois, em 1986, justamente devido à falta de dinheiro e ao custo

elevado. A decisão também foi embasada em dúvidas quanto à conveniência e os riscos da energia nuclear na matriz elétrica brasileira. O projeto ficou engavetado até ser retomado no segundo governo Lula. Na época, o custo estimado para o seu término era de R\$ 8,3 bilhões, e a conclusão estava prevista para 2014. Mas atrasos comprometeram esse prazo, ao mesmo tempo em que as investigações da Polícia Federal revelaram desvios de recursos na obra, resultando na prisão de executivos da Eletronuclear e em nova paralisação da construção. Agora, a perspectiva é que a conclusão da usina demande mais R\$ 15,5 bilhões, totalizando R\$ 23,5 bilhões.

A esse preço, Angra 3 facilmente vai figurar entre os projetos mais caros do setor elétrico brasileiro. Para se ter uma ideia, em termos de potência instalada, deve corresponder a cerca de 1% da somatória de projetos de geração contratados no período de 2005 a 2018. Mas em termos de custo, a proporção é de 10%. Os preços da energia negociada nos leilões confirmam e reforçam a disparidade: diversas fontes que também não emitem gás carbônico foram contratadas como energia de reserva - ou seja, destinadas a aumentar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), como seria o caso de Angra 3 -, por cerca de metade (ou menos) do valor previsto para a fonte nuclear. Os preços médios da energia de biomassa (R\$ 205,80 por megawatt-hora MWh), eólica (R\$ 180,24) e de pequenas centrais hidrelétricas (R\$ 245,66) foram muito menores do que o previsto para a energia da nova usina (R\$ 480), segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética.

A energia de Angra 3 teria custo superior ao de termelétricas a gás natural e ao de fontes renováveis

Ainda no que diz respeito aos custos, estudo do Instituto Escolhas e da consultoria PSR mostra que a energia de Angra 3 é a mais cara entre todas as opções disponíveis. A pesquisa considera critérios objetivos (valor da obra, custo fixo de operação, subsídios e prêmio ambiental), e mostra que a energia a ser produzida pela usina teria custo superior ao de termelétricas a gás natural e de fontes renováveis. Mais, indica que, se o governo desistisse de concluí-la, desmontasse o que já foi feito e substituísse a potência da planta por parques solares no Sudeste, haveria uma economia de R\$ 12,5 bilhões em um período de 35 anos.

É importante o fato apontado pela Eletronuclear de que a usina contribuiria para o sistema elétrico nacional por estar localizada no principal centro de carga do país, com menores custos de transmissão. Contudo, a comparação feita pelo

Instituto Escolhas também leva em conta usinas solares com essa vantagem, bem como os subsídios que recebem. Nesse cenário, o preço da energia solar para o consumidor seria elevado - de R\$ 328 por MWh - mas, ainda assim, inferior ao de Angra 3.

No plano técnico, por sua vez, há dúvidas quanto à efetiva necessidade da fonte nuclear. Certamente, é muito positiva a perspectiva de que a energia de usinas do tipo proporcione maior segurança energética e elétrica ao sistema brasileiro. Deve-se, no entanto, avaliar a real importância desses atributos. As duas últimas edições do Plano Decenal de Expansão de Energia (2026 e 2027) indicam que o país vai precisar, no médio e longo prazo, da contratação de potência e de tecnologias que acrescentem flexibilidade ao sistema, com usinas que possam ser acionadas rapidamente para momentos específicos. Isso se deve à participação crescente das novas energias renováveis intermitentes na matriz brasileira, como eólica e solar. Usinas nucleares são extremamente inflexíveis, ou seja, totalmente inadequadas para cumprir essa função.

Por fim, a precificação da energia de Angra 3 recomendada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em outubro último (R\$ 480 por MWh), como alternativa para viabilizar a construção da usina, pode gerar um favorecimento ilegal dos acionistas da Eletrobras. Isso porque o preço das ações adquiridas até então considerava os contratos assinados pela empresa se comprometendo à entrega da energia ao valor inferior previsto anteriormente (R\$ 250 por MWh). A efetiva viabilização do processo ao valor indicado pelo CNPE pode resultar, portanto, numa transferência ilegal de renda do consumidor final para os acionistas da companhia.

O Brasil não pode se entregar ao preconceito e à desinformação nos debates sobre energia nuclear. Mas é justamente quando se joga luz ao tema, com a análise de estudos e de cenário, que antevemos problemas se esse modelo for adotado: será mais caro e ineficiente.

Clauber Leite é pesquisador em Energia e Consumo Sustentável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Marli Olmos | De Paris****Título: Elétrico não é única solução à questão ambiental, defendem montadoras**

O presidente da França, Emmanuel Macron, era o convidado mais aguardado na festa de gala, quarta-feira à noite, em Paris, para celebrar os 100 anos da OICA, associação que representa a indústria automobilística em todo o mundo. Três dos mais influentes dirigentes do setor prepararam fortes discursos em defesa do automóvel, apontado por muitos como vilão da causa ambiental. Mas o principal foco dos discursos era pedir menos ingerência dos governos na decisão do tipo de energia que deve ser adotada nos veículos e, ao mesmo tempo, dizer que, para a indústria, o carro elétrico não é a única solução para todo o planeta.

Mas Macron havia justamente se preparado para defender o carro elétrico e, orgulhosamente, anunciar à plateia daquela festa programas de seu governo para fazer da França uma referência na eletrificação de veículos, redução de emissões e de desenvolvimento de novas tecnologias automotivas, como o carro autônomo. Diante de um pleito diferente, o presidente decidiu fazer algumas adaptações de improviso a um discurso, por escrito, já pronto. O resultado foi um recado confuso.

A festa para mais de mil convidados foi no elegante Pavillon Cambon, próximo ao jardim de Tuileries, mesmo local onde o jogador Neymar comemorou aniversário no ano passado. No evento da indústria, o primeiro a falar foi Christian Peugeot, o novo presidente da Organização Internacional dos Fabricantes de Veículos (OICA, na sigla em francês). Como bom representante da marca que leva seu nome de família, Peugeot criticou os que veem no automóvel uma "máquina estúpida". Christian é o representante da oitava geração da família que em 1810 fundou uma fábrica de moedores de café e, quase 80 anos depois, a montadora de veículos.

Em seu discurso, Peugeot disse que "uma tecnologia veicular não pode ser colocada contra outra". Mais cedo, numa entrevista, o executivo, que também comanda a associação das montadoras francesas, queixou-se da dificuldade para a indústria atingir os níveis de emissões de dióxido de carbono nos novos veículos fixados pela União Europeia. A norma impõe diminuir dos atuais 130 gramas por quilômetro para 95 em 2020, 80 em 2025 e 59 em 2030, o que representa uma redução de 37,8% nos próximos dez anos. "É um objetivo não realista", disse.

A maior dificuldade é que apesar de a norma de emissões europeia ser a mais rígida do mundo nem todos os países têm conseguido convencer o consumidor a comprar carros elétricos. A França é um deles. Entre 1,2% e 1,4% das vendas hoje é dos chamados modelos eletrificados, o que inclui os 100% elétricos e os híbridos plug-in, que podem ser carregados também em tomada.

O interesse por carros elétricos na França, ao contrário do que muitos imaginam, ainda é baixo, mesmo com o incentivo direto que o governo dá ao consumidor, de € 6 mil. Isso representa um abatimento em torno de 20%. Na Alemanha e no Reino Unido o bônus é o equivalente a € 4 mil. Na China e nos Estados Unidos o incentivo com dinheiro público para quem compra um elétrico equivale a € 6,5 mil.

Ao contrário de algumas cidades de países nórdicos, por exemplo, é raro ver os pontos de recarga em Paris. Segundo Peugeot, um dos motivos do desinteresse do consumidor é a dificuldade para fazer a recarga. Diferentes companhias de energia abastecem os pontos de recarga e para usá-los o consumidor precisa usar o cartão específico da empresa. É um tipo de cartão como o usado no Brasil para alimentação ou transporte. Peugeot lembra também a dificuldade de a pessoa fazer a recarga doméstica no caso de quem mora num apartamento típico de Paris, em edifícios antigos e sem garagens.

Mas os discursos da indústria não emocionaram Emmanuel Macron, presidente da França

É visível o aumento do uso de patins elétricos e também de motonetas públicas em Paris. Mas o trânsito continua tão caótico quanto o de outras grandes cidades. Nos principais cruzamentos e no entorno de monumentos, como o Arco do Triunfo, o que mais se vê são congestionamentos de carros convencionais e motoristas buzinando além do necessário. Para piorar, uma mudança na licitação provocou a redução do uso das bicicletas públicas.

Peugeot diz que se pergunta como o governo vai fazer para compensar a arrecadação quando a venda de elétricos aumentar. Segundo ele, os impostos que a indústria automobilística recolhe somam hoje € 40 bilhões. "Cerca de € 13 bilhões são investidos em infraestrutura, o que significa que a diferença de € 27 bilhões vão para o orçamento geral", destaca. "O orçamento precisa, portanto, desse dinheiro."

Para o executivo, por um lado, a necessidade de incentivos para o consumidor tende a diminuir à medida que o aumento da demanda e, consequentemente, da produção, vão reduzir custos e preços. Mas um dos apelos do carro limpo é uma carga tributária reduzida. Fica difícil calcular, diz Peugeot, quanto as vendas de um veículo hoje beneficiado por incentivos teriam de crescer para

compensar arrecadação mais baixa. "Bem, mas governos sempre acham uma solução para tributar as pessoas", afirma.

Com um dos discursos mais contundentes, pelo lado da indústria, o alemão Matthias Wissmann, que antecedeu Peugeot no comando da OICA, disse que a indústria automobilística "sabe que as circunstâncias mudaram e que esse setor está vivendo a mudança para a eletrificação". "Mas, senhor presidente, não existe uma única solução tecnológica", disse.

Wissmann é ex-presidente da associação que representa as montadoras alemãs e já trabalhou no governo de seu país, como ministro dos Transportes, entre outros cargos. Ele disse, numa entrevista também anterior à festa, que um prefeito de Xangai já o havia alertado, há algum tempo, de que, nos próximos anos, a indústria não venderá mais carros naquela cidade se a fórmula de mobilidade continuar sendo a de deixar as pessoas uma hora e meia no trânsito na ida para o trabalho e outro tempo igual na volta.

Na abertura da conferência da OICA, ontem, Wissmann disse: "Deixem os engenheiros decidirem o desenvolvimento tecnológico dos veículos ideal para cada país". Em conversas reservadas, tanto ele como Peugeot apontaram o uso dos biocombustíveis e Peugeot citou o etanol brasileiro. "Se a solução do mundo for o carro elétrico o que faremos com programas como esse, que são eficientes para atender às exigências de reduções de emissões?"

O terceiro executivo a falar na festa da OICA foi o presidente mundial do grupo PSA Peugeot Citröen, o português Carlos Tavares, um dos mais respeitados no setor. Ele apelou para o número de empregos diretos e indiretos nessa indústria - 13 milhões somente na Europa - e disse que o carro tem sido "vítima de uma campanha injusta".

Mas os discursos da indústria não emocionaram Macron. Ele recorreu a alguns improvisos para dizer que concorda que não existe apenas uma tecnologia capaz de atender às exigências climáticas. Mas, logo em seguida, apoiou-se no discurso originalmente preparado. Em meio a uma onda de protestos no país, Macron parecia atento para evitar arranhões à imagem. E também apelou para o emprego. Disse que como presidente da França "não está feliz" com o fato de as baterias dos carros serem importadas da China.

Macron aproveitou a plateia que o ouviu por mais de 40 minutos para anunciar a expectativa de investimentos de fábricas de baterias na França. Falou também dos planos do governo francês para alcançar uma frota de um milhão de carros elétricos no país em 2022 e de expandir as estações de recarga nas cidades. "Estamos muito comprometidos com o meio ambiente", destacou o presidente francês.

A repórter viajou a convite da Anfavea

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	15/02/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Braskem aprova aquisição

O conselho de administração da Braskem aprovou, em reunião realizada ontem, a aquisição de até US\$ 350 milhões em matéria-prima por operação, sendo que acima de R\$ 200 milhões o colegiado deve ser informado semestralmente. Conforme comunicado, o conselho também aprovou para o exercício de 2019 o limite de empréstimos e financiamentos de US\$ 250 milhões em moeda estrangeira e R\$ 500 milhões em reais, observando o limite máximo da dívida bruta da companhia, de US\$ 7,6 bilhões. Mas o colegiado deve ser informado de empréstimos por operação acima de R\$ 80 milhões ou a US\$ 40 milhões.

Minério sobe na China

Após duas sessões consecutivas de queda, com devolução de parte dos ganhos registrados no início da semana, os preços do minério de ferro voltaram ao terreno positivo e fecharam ontem em alta na China. Segundo a "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 1,26%, para US\$ 88,32 a tonelada. Na Bolsa de Commodities de Dalian, o contrato para maio também mostrou recuperação e subiu 4,50 yuans, para 628,50 yuans a tonelada.

Cemig sob nova direção

O novo presidente da Cemig, Cledorvino Belini, disse que fará de tudo para reposicionar a companhia no mercado de energia no Brasil e destacou como um dos objetivos o pagamento de dividendos aos acionistas. Em vídeo divulgado nas redes sociais pelo governo mineiro, Belini apareceu ao lado do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO-MG), sendo apresentado oficialmente como novo presidente da estatal de energia do Estado.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	15/02/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Camila Maia De São Paulo
Título:	Fundo ativista defende venda da EDP Brasil

As ações da EDP Brasil fecharam com valorização de 3,38% ontem, a R\$ 18,66, depois que a gestora ativista Elliot Management tornou pública sua posição favorável à venda do seu controle pela Energias de Portugal (EDP), na qual tem uma posição de 2,9%. A gestora americana lançou ontem um site defendendo "um futuro mais brilhante para a EDP", se colocando contra a oferta pública de aquisição de ações (OPA) lançada pela China Three Gorges (CTG) pela companhia no ano passado.

A chinesa, que tem 23% da EDP e é sua maior acionista, lançou a oferta pela companhia em maio de 2018, ao preço de € 3,26 por ação, ou € 9,1 bilhões. A operação, contudo, não avançou devido à oposição dos órgãos reguladores da União Europeia e dos Estados Unidos, que temem ceder o controle de ativos estratégicos do setor de energia à estatal chinesa.

"A Elliot respeita a CTG e seu importante papel como maior acionista da EDP. No entanto, a Elliot não considera que a oferta da CTG, em sua forma atual, atende os melhores interesses dos acionistas da EDP e acredita que a existência dessa proposta está impedindo uma performance melhor da companhia", diz um dos documentos publicados pela gestora do bilionário Paul Elliot Singer ontem.

Venda de controle da brasileira poderia gerar ganho de € 2,3 bilhões à EDP, de acordo com estimativas da gestora

Se a operação de compra do controle pela chinesa for concluída, a EDP ficará "mais fraca, mais volátil e com um portfólio menos interessante, com oportunidades de crescimento menos atrativas", diz o documento.

Uma forma de "empoderar" a EDP seria por meio da otimização de portfólio. A gestora defende a venda de ativos, incluindo a EDP Brasil, e empreendimentos de distribuição e geração térmica na região Ibérica, o que teria potencial de levantar € 7,6 bilhões. Apenas a venda dos 51% detidos na EDP Brasil teriam o potencial de render € 2,3 bilhões à portuguesa, segundo estimativas da Elliot.

O valor da EDP Brasil na bolsa, considerando o fechamento de ontem, era de R\$ 11,23 bilhões. A Elliot, contudo, assumiu um valor do negócio da ordem de € 5,6 bilhões para a companhia. Segundo analistas ouvidos pelo **Valor** sob anonimato, a companhia é um bom negócio, mas o 'valuation' foi "exagerado".

Segundo a Elliot, deve haver "demanda considerável" por uma elétrica como a EDP Brasil. Como evidências disso, uma apresentação disponibilizada pela gestora destaca aquisições feitas recentemente no setor elétrico no Brasil por grupos estrangeiros como a italiana Enel, a francesa Engie, a espanhola Iberdrola além da chinesa State Grid.

As referências da Elliot em termos de múltiplos para avaliar a EDP Brasil são, justamente, a aquisição da CPFL Energia pela State Grid e a compra da Eletropaulo pela Enel, ambas com prêmios substanciais pelo controle.

A EDP Brasil é considerada um ativo atrativo, pelo seu histórico positivo de crescimento. Ao mesmo tempo, porém, não é considerada um ativo estratégico para o grupo sediado em Portugal, por não ter escala considerável e nem ser líder nos segmentos nos quais atua, segundo a gestora. Além disso, a brasileira insere volatilidade cambial no balanço da EDP, e a exposição ao Brasil atrai investidores que exigem retornos maiores, o que resulta em múltiplos menores nas ações da empresa na bolsa.

Além de lançar a campanha pública no mercado contra a venda do controle para a CTG, a Elliot enviou uma carta aos membros do conselho geral e de administração da companhia, expondo as alternativas propostas.

A notícia também deu impulso às ações da EDP na Bolsa de Lisboa ontem. Os papéis subiram 2,45%, a € 3,26, igualando o valor proposto pelos chineses pela primeira vez desde outubro do ano passado. Em comunicado enviado ontem à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM, órgão regulador de mercado de Portugal), a companhia ressaltou que seu foco é criar valor para acionistas, clientes e colaboradores. "Como tal, agradecemos a contribuição da Elliot e iremos analisar cuidadosamente as suas propostas, em linha com a prática seguida com todos nossos acionistas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Justiça cancela contratos e arresta bens da Vega

O juiz Luiz Antonio Carrer, da 13ª Vara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar suspendendo contratos de comercialização de energia e determinando o arresto de bens da comercializadora Vega Energy e de seus sócios. A comercializadora deixou de honrar cerca de R\$ 200 milhões em

contratos de energia no mercado livre, na semana passada, após a escalada de preços no mercado de curto prazo.

"A parte requerida foi notificada extrajudicialmente e não apresentou qualquer comportamento que indicasse que tem intenção de solver o débito. Existem indícios de que a requerida está em processo de quebra, podendo levar junto as autoras [da ação] e dezenas de outras empresas do mercado de energia elétrica. Além disso, num juízo de cognição sumária, restou evidenciado o risco de esvaziamento com a finalidade de fraudar os credores", afirmou o juiz na decisão.

Entre os sócios que tiveram determinado o arresto de bens estão Abenaias Silva (diretor da empresa), Patricia Queiroz, Amadeu Queiroz, Rodrigo Gama, Romeu Pradines Junior e João Ferraz Filho, além dos fundos Interlagos Holding Participações, Daytona Investment Company e Sebring Capital Ventures.

O **Valor** apurou que a ação foi movida pelas empresas BC Comercializadora, Capitale Energia, Prime Energy e ADN Energia.

Outra empresa, a Linkx realizou ontem reunião com todas as comercializadoras para as quais vendeu e não entregou energia, a fim de chegar a um acordo e evitar que o calote tenha efeito cascata, apurou o **Valor**.

Segundo uma fonte, se a comercializadora quebrar agora, o rombo nas demais será de cerca de R\$ 76 milhões, considerando os contratos de compra e venda de energia deste ano. Havendo um acordo no qual os credores se comprometam a assumir as perdas, de acordo com algumas condições, o montante cai para R\$ 22 milhões.

Na sexta-feira, a Linkx emitiu fatura pelas operações de venda de energia. Na segunda-feira, contudo, enviou notificação a dez comercializadoras parceiras informando que não teria lastro para cumprir os contratos de venda de energia. O calote duplo foi muito mal recebido no mercado e, diante de ameaças de processos até mesmo na esfera criminal, a Linkx devolveu os valores recebidos e convocou a reunião de ontem para discutir um acordo.

A ideia é que as comercializadoras que não receberam energia assumam a exposição e mantenham os contratos com a Linkx. A comercializadora não poderá registrar novos contratos, mas os que já foram fechados não serão anulados.

A expectativa é que, com isso, a Linkx tenha ganho com venda de energia em algumas operações de longo prazo. Esse ganho será compartilhado com os credores, repondo parte das perdas deles.

Segundo o advogado Rodrigo Leite, sócio do Leite, Roston, Chaves, Saciotto e Burr Advogados e que representa algumas comercializadoras envolvidas, há "bons argumentos para uma discussão judicial" nos casos da Linkx e da Vega. Ele, porém, entende que um acordo entre os agentes "é mais saudável, por reduzir risco de efeito cascata e preservar o mercado".

Para a ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (Ceri), da FGV, Joísa Saraiva, o episódio da Vega evidencia a necessidade de estabelecimento de uma regulação prudencial para o mercado livre de energia. O tema, explicou, ganha relevância nesse momento de discussões sobre uma reforma no setor, na qual se almejam uma abertura do mercado e novos mecanismos de financiamento para a expansão da oferta de energia.

"A comercialização no mercado livre não é regulada prudencialmente. É preciso estabelecer uma regulação nesta direção", disse ela, acrescentando que já existem modelos estabelecidos em que a regulação de mercado e prudencial atuam de forma articulada. Segundo ela, a regulação prudencial poderia ser efetivada através da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central que tem a competência de regular o mercado de derivativos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petrobras veta promoção de amigo de Bolsonaro para gerência

A Petrobras recuou e vetou a promoção de Carlos Victor Guerra Nagem para o cargo de gerente-executivo de inteligência e segurança corporativa da estatal, devido à "elevada sensibilidade" da indicação, informou ontem a petroleira. A escolha do nome de Nagem, conhecido como Capitão Victor, foi questionada por não atender às exigências do plano de cargos da estatal e por causa da proximidade do funcionário com o presidente Jair Bolsonaro.

Capitão Victor atuava na área de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras no Paraná, Estado por onde se candidatou duas vezes a cargos legislativos nas duas últimas eleições: foi candidato a vereador em Curitiba em 2016 e a deputado estadual em 2018 pelo PSC. Em nenhuma delas foi eleito, mesmo tendo sua imagem associada a de Bolsonaro.

Segundo a Petrobras, Nagem foi submetido aos procedimentos de governança da companhia, mas "apesar de sua sólida formação acadêmica e atuação na área, seu nome não foi aprovado porque ele não possui a experiência requerida

em posição gerencial que é necessária à função, considerada de elevada sensibilidade para a companhia". O **Valor** apurou que o nome foi sequer levado ao conselho de administração e que o possível substituto será o coronel Ricardo Silva Marques, gerente de segurança corporativa do Bondinho Pão de Açúcar e ex-gerente de segurança corporativa do BNDES.

A indicação de Nagem foi interpretada, quando anunciada, na primeira quinzena de janeiro, como ingerência do governo no comando da estatal e repercutiu nas redes. Em reação às críticas, Bolsonaro usou a ironia, por meio de sua conta pessoal no Twitter, para "pedir desculpas" por "não estar indicando inimigos" para postos no governo. E defendeu a indicação do Capitão Victor, por seu currículo, ao dizer que "a era do capacitado sem indicação técnica acabou".

Nagem é funcionário da estatal há onze anos, seis dos quais na área de segurança corporativa. É graduado em administração pela Escola Naval e mestre em administração, pela Coppead/UFRJ, tendo dez anos de docência no ensino superior e é capitão-tenente da reserva da Marinha.

O coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, ingressou com ação civil pública contra o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para anular a indicação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Schvartsman defende tese de acidente na Câmara

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, insistiu ontem que o rompimento da barragem em Brumadinho, em janeiro, foi um acidente, já que a estrutura estava com os laudos de estabilidade em dia - o que indicaria que não havia risco iminente de desastre. Durante audiência pública na Câmara, o executivo disse que, após a tragédia, todas as barragens da companhia estão sendo monitoradas 24 horas por dia, com a intenção de ter a capacidade de reação a qualquer mudança de situação.

"Agiremos com presteza e impedindo que fatos nos surpreendam, como surpreendidos fomos com o que aconteceu em Feijão", disse Schvartsman.

"Continuamos sem saber os motivos que causaram o acidente. Todas as informações que possuíamos e enviadas pelo técnicos demonstravam que não

havia qualquer perigo iminente sobre aquela barragem e que não havia qualquer razão de alarme ou de preocupação maior da gestão da companhia. Se tivéssemos qualquer sinal relevante nessa direção, teríamos agido", acrescentou.

Schvartsman disse que, por intermédio do governo brasileiro, a Vale solicitou contato com a US. Corps U.S. Army Corps of Engineers, órgão americano que licencia barragens nos EUA, com o objetivo de "vir a Vale e fazer revisão de todos os processos e colaborar com a aperfeiçoamento do código de mineração, introduzindo novas restrições e regras para o funcionamento de barragens". "A Vale não quer, não pode, não deve ter problemas com barragens. Isso que aconteceu é inaceitável e como inaceitável estamos tratando. Por isso, estamos recorrendo a essa ajuda externa."

Na audiência, o executivo disse que a mineradora não está poupando recursos para prestar assistência às vítimas do "acidente". Além de disponibilizar helicópteros, equipamentos, ambulâncias e leitos, a companhia teria, segundo o executivo, adiantado a doação de R\$ 100 mil para cada uma das famílias atingidas que tem vítimas no acidente, de R\$ 50 mil para cada indivíduo que teve a casa destruída e de R\$ 15 mil para pessoas que tiveram negócios impactados.

"São doações mesmo e não são em troca de nada. Indenizações serão adequadamente pagas. É objetivo da Vale acelerar ao máximo o pagamento das indenizações. O compromisso é que a gente não vai optar por judicialização e optaremos por negociação como forma de acelerar o atendimento aos atingidos".

Em parecer enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério Público Federal (MPF) afirma que a Vale "privilegiou" o lucro em detrimento da segurança de seus trabalhadores e dos moradores de Brumadinho (MG) e aponta a possibilidade de a empresa ser a única responsável pela tragédia.

Em defesa da Vale, Schvartsman afirmou que pessoas técnicas são as responsáveis por identificar eventuais problemas e riscos de acidentes. Segundo ele, um executivo, que fica no Rio, não consegue identificar essas questões. "A pedra fundamental da gestão são laudos feitos por especialistas atestando ou não a estabilidade das estruturas. Se laudos dizem que as estruturas estão estáveis, é assim que são tratadas. Por isso, digo que foi um acidente."

"O gerente local tem autonomia de investimento de R\$ 40 milhões sem precisar consultar ninguém. Não vem para a diretoria consulta sobre a construção de refeitório, de prédio administrativo. Não é assunto que chega em diretoria. O gerente local de Brumadinho faleceu. Essa é a maior prova de que não sabíamos de nada. Se tivesse menor noção de que algo aconteceria, ele não estaria lá", disse.

Insatisfeitos com as respostas, parlamentares atacaram a companhia e reforçaram a defesa da tese de que "não foi acidente, foi crime". Alguns chamaram o executivo de "bandido" e "mentiroso". O deputado André Janones (Avante-MG) disse que a empresa só pensa no lucro e que seu presidente é bandido. "Vocês colocaram no papel e viram que valia a pena matar 300 pessoas do que fechar a barragem", disse. "A Vale está tão preocupada com os moradores que até cardápio de hotel está regulando, dizendo o que elas podem pedir e o que não podem", afirmou. **(Colaboraram Isadora Peron e Mariana Muniz)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Autoria em MG aponta onze barragens com problemas

Um relatório divulgado ontem pela Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais mostra que onze barragens tiveram sua estabilidade questionada em 2018 por auditores contratados pelas próprias empresas donas dessas estruturas.

As auditorias declararam que não garantiam a estabilidade de sete das onze barragens; sobre as demais, alegaram que, por falta de dados e documentos técnicos, não tiveram condições de apresentar avaliação conclusiva sobre a estabilidade. As proprietárias dessas onze barragens são o frigorífico JBS, a Cimento Tupi, a Minérios Nacional (pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional, CSN), a Mundo Mineração, a MBL Materiais Básicos, a Emicon Mineração e Terraplanagem e a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

O relatório lista 690 barragens de mineradoras, indústrias e destilarias de álcool. À exceção das onze, todas tiveram a estabilidade garantida pelos auditores externos. O documento não cita que avaliação foi feita pelos auditores contratados pela Vale em relação às barragens que ruíram em Brumadinho em janeiro. A tragédia deixou mais de 300 vítimas, entre mortos e desaparecidos.

Como União e Estados não têm técnicos em número suficiente para fiscalizar todas as barragens, a regra em vigor determina que os donos monitorem e forneçam dados sobre a segurança das estruturas. Auditorias fazem parte desse sistema de averiguação.

Em 2016, segundo a secretaria, esses auditores disseram que 37 barragens não eram estáveis ou não havia dados para uma conclusão. Em 2017 esse número caiu para 22. Agora são onze.

No relatório de 2019, com dados de 2018, a maior das barragens com estabilidade posta em dúvida fica na cidade de Rio Acima e pertence a Minérios Nacional, da CSN. A Barragem Auxiliar B2, comporta 6,5 milhões de metros cúbicos - metade da estrutura que desmoronou em Brumadinho.

Além da B2, outras seis tiveram "estabilidade não garantida pelo auditor": a barragem B1 A e o Dique B3, em Brumadinho e pertencentes à Emicon; o dique Couves, em Itatiaiuçu, da MBL; os reservatórios dos biodigestores C e D da JBS, em Ituiutaba; e a barragem de rejeitos Unidade de Tratamento de Minérios (UTM), em Caldas, da INB. Este último caso desperta especial preocupação das autoridades.

Na semana passada, o Ministério Público Federal em Minas recomendou à INB e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEM), que tem função reguladora, providências até 30 de março para implementação do Plano de Ação Emergencial de Barragens relativo àquela estrutura. O MPF disse que a eventual queda dessa barragem seria agravada pelo fato de ela conter material radioativo.

A assessoria da CNEM afirmou que em setembro de 2018 foi identificado "evento não usual, relativo ao sistema extravasor" da barragem de rejeitos da INB. E que "tal evento poderia estar relacionado com o processo de segurança da barragem." A CNEM disse que já estão em curso ações relativas à substituição do sistema extravasor.

Os auditores não conseguiram avaliar a estabilidade, por falta de dados, das barragem B1 e Lagoa da Fábrica, nas cidade de Caranaíba Carandaí, da Cimento Tupi; do Sistema de Captação de Rejeito, em Rio Acima, da Mundo Mineração; e da barragem de Águas Claras UTM, em Caldas, da INB.

Segundo a secretaria, as recomendações das auditorias são "o ponto de partida para a definição das providências de adequação dos procedimentos de segurança". E as empresas podem ser autuadas se não atenderem recomendações para a segurança das barragens.

Ao **Valor**, a JBS disse que os dois biodigestores citados no relatório estão vazios e não oferecem riscos e que já iniciou os trabalhos para desmobilização deles. A Cimento Tupi afirmou que a barragem citada é uma lagoa de acumulação de água que atende a uma comunidade próxima ao empreendimento. Afirmou também estar "cumprindo as recomendações que lhe foram feitas por uma auditoria especializada em agosto de 2018.

As demais empresas não responderam ou não foram localizadas pela reportagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times, de Londres

Título: Tragédia "mudou o setor", diz presidente da South32

O presidente-executivo da South32, Graham Kerr, pediu ontem uma "ação significativa" da indústria mineradora em resposta ao acidente ocorrido no Brasil. Descrevendo o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão como um "acontecimento que mudou o setor", Kerr disse que o setor minerador precisa fazer um balanço de suas atividades, aprender e partir para medidas significativas.

"O incidente no Brasil é inaceitável para o setor e algo que não podemos permitir que aconteça novamente. Portanto, como é que vamos, coletivamente, melhorar o nosso jogo?"

Kerr informou que a South32, uma mineradora com sede na Austrália, está "participando ativamente" com o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), no desenvolvimento de uma postura melhorada na gestão de barragens de rejeitos que, segundo ele, "envolverá o setor".

O ICMM é o organismo encarregado de promover um melhor desempenho ambiental e de segurança do setor minerador. Ele está considerando várias opções para melhorar a segurança das barragens de rejeitos, incluindo um sistema transparente de classificação, segundo informou seu presidente, Tom Butler.

Uma ideia parecida foi proposta em 2016, depois do rompimento de outra barragem, também no Brasil, mas não teve prosseguimento. Sem novas tecnologias ou grandes mudanças nas leis e regulamentações, além das práticas do setor, pesquisadores da World Mine Tailings Failures disseram recentemente em um relatório que haverá 19 problemas "muito graves" com barragens entre 2018 e 2027.

O desastre no Brasil acontece num momento difícil para o setor minerador, que luta para provar suas credenciais ambientais, de segurança e governança, na medida do aumento da demanda por investimentos socialmente responsáveis. Várias outras companhias mineradoras, como a Rio Tinto, já disseram que apoiarão uma resposta do setor.

A South32, que foi desmembrada da BHP há três anos, possui 33 barragens de rejeitos em três continentes. Das 18 ainda ativas, oito apresentam o mesmo projeto de "montante" da barragem que rompeu no Brasil no mês passado. Construídas com o uso de rejeitos secos das minas, os aterros dessas barragens de montante são vulneráveis à erosão provocada pela água.

"Se bem gerenciadas, e bem construídas, as barragens de montante não são instalações inseguras", disse Kerr, acrescentando que as suas passam por inspeções independentes a cada dois anos.

Kerr fez suas declarações depois que a South32, a maior mineradora de manganês do mundo, divulgou crescimento de 17% em seus lucros trimestrais, graças aos maiores volumes produzidos e aos preços das commodities.

Nos seis meses até dezembro, a companhia obteve lucro líquido de US\$ 635 milhões, em comparação aos US\$ 543 milhões apurados no mesmo período do ano anterior, sobre receita de US\$ 3,3 bilhões. A South32 anunciou dividendo de 5,10 centavos por ação, além de um pagamento extraordinário de 1,70 centavo por ação. Nos últimos três anos, a South32 devolveu US\$ 2,4 bilhões para os acionistas via dividendos e recompras de ações.

A orientação de produção permaneceu inalterada para todas as operações da companhia, com exceção de sua unidade carvoeira Illawarra Metallurgical Coal, onde ela foi elevada em 7%.

A companhia disse que caminha para a venda de sua unidade de carvão térmico na África do Sul, com as propostas esperadas para o fim de junho.

"A South32 continua gerando um fluxo livre de caixa maravilhoso e a proporcionar retornos de capital substanciais", diz Christopher LaFemina, analista da Jefferies. A ação da companhia subiu 3,4% ontem na Austrália, para 3,80 dólares australianos.

A South32, que tem um valor de mercado de US\$ 13,6 bilhões, é a primeira das grandes mineradoras a informar seus resultados. Na próxima terça-feira será a vez da BHP.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Isadora Peron | De Brasília****Título: Caiado tenta manter produção de amianto em Goiás**

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), deflagrou esta semana uma ofensiva para impedir a desativação da última mina de amianto em funcionamento na América Latina. A extração da substância, considerada cancerígena, foi banida do país pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em novembro de 2017, mas somente na segunda-feira a Eternit anunciou a suspensão das atividades da mineradora Sama, que produzia o minério em uma cidade no interior de Goiás.

A continuidade da exploração se deu por via judicial. Logo após o julgamento, uma liminar da ministra Rosa Weber garantiu o funcionamento da mina até a publicação do resultado do julgamento (acórdão), o que aconteceu no início deste mês.

Na quarta-feira, Caiado esteve com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e fez um apelo para que a desativação da mina de amianto fosse gradual. Ele destacou a importância de uma modulação da decisão do Supremo para que a empresa pudesse continuar exportando o produto para os Estados Unidos - hoje, a comercialização da substância no Brasil é completamente proibida.

Em nota, o governo de Goiás disse que a procuradora, "goiana de Morrinhos", "se sensibilizou com a situação da cidade de Minaçu e seus moradores e pediu mais dados para avaliar a questão junto ao STF". Procurada, a PGR não se manifestou.

O argumento de Caiado é que o fechamento da mina, em Minaçu, pode levar à falência o município de 32 mil moradores, localizado a 385 km de Brasília. Hoje, a exploração do amianto é responsável por 70% da arrecadação da localidade. "É preciso cuidar de Minaçu e seus moradores, que estão desassistidos com o fechamento da mina. Temos que pensar no impacto social e econômico para as famílias", disse o governador pelo Twitter.

Em outra frente, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Minerais não Metálicos de Goiás e Região (Stiebemgor) pediu ao Supremo mais

dez anos para o desligamento completo dos funcionários e fechamento da extração do amianto em Minaçu.

No embargo apresentado ao STF, a entidade afirma que 285 pessoas trabalham na mina e que 850 famílias da cidade dependem diretamente da empresa para sobreviver.

Segundo o sindicato, a produção atual de amianto é de 150 mil toneladas anuais e o faturamento da empresa é de R\$ 200 milhões. Para explorar o mineral, a empresa paga R\$ 8,1 milhões ao estado de Goiás e gera uma receita tributária anual de mais de R\$ 32,1 milhões.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Instituto Brasileiro do Crisotila (IBC) também entraram com um recurso no STF para tentar alongar o prazo para desativar a mina. Entre os argumentos utilizados é que "a transição de uma situação de produção e uso do amianto para um cenário de banimento sempre deve ser feita da maneira mais suave possível, de modo a minorar os inevitáveis prejuízos causados quando uma atividade econômica relevante simplesmente deixa de existir". Eles citam como exemplo o fato de que, em junho de 2016, a Comunidade Europeia estendeu o prazo para a substituição completa da substância até 2025.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Boleto.

Coluna do Estadão

A AGU cobra na Justiça R\$ 34,4 bilhões das construtoras envolvidas em fraudes na Petrobrás.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O custo da irresponsabilidade

Era óbvio que o tabelamento do frete rodoviário – decidido pelo governo federal para enfrentar a greve dos caminhoneiros que paralisou o transporte de mercadorias no País em maio do ano passado – teria pesadas consequências sobre os custos das empresas e sobre o desempenho geral da economia. Em estudo inédito, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) procurou aferir o impacto do tabelamento, bem como da interferência do governo na formação do preço do óleo diesel – principal motivo alegado pelos caminhoneiros para deflagrar seu movimento irresponsável e de nefastos efeitos para toda a população –, sobre a produção e sobre os preços médios. Chegou a números assustadores.

No estudo Impactos econômicos da tabela de preço mínimo do frete, a CNI conclui que o Produto Interno Bruto perdeu R\$ 20,3 bilhões no ano passado por causa da aplicação da tabela de preços mínimos para o frete rodoviário e da alta do diesel que se seguiu à desastrada tentativa de intervenção do governo na formação do preço desse combustível, que subiu apesar de ser subsidiado.

A CNI calcula que o aumento do frete arbitrado pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), em decorrência de medida provisória assinada em maio pelo presidente Michel Temer (depois transformada em lei), foi 7,4 pontos percentuais maior do que teria sido caso esse preço fosse livremente negociado no mercado. A entidade da indústria calcula também que, combinados, o reajuste da tabela do frete e o aumento do óleo diesel, de 15,6% entre julho de 2017 e janeiro deste ano, impuseram uma alta adicional de 1,07 ponto percentual na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no ano passado.

Estudos posteriores, utilizando outras metodologias e dados mais acurados, poderão talvez chegar a conclusões diferentes. Mas nenhuma delas, incluindo as da CNI, deixará dúvidas quanto ao caráter deletério do tabelamento de preços, sobretudo de um preço de peso tão grande na formação dos custos das empresas.

Assustado com a dimensão que o movimento dos caminhoneiros alcançara, estimulado que fora pelas redes sociais, e com as eventuais consequências da paralisação do transporte de mercadorias sobre a produção e os preços em geral, o governo Temer agiu como se fosse refém dos grevistas.

A apressada negociação do tabelamento do frete com os grevistas foi a demonstração nítida de um governo perdido diante de uma emergência. É uma medida prejudicial para toda a sociedade, como conclui corretamente o estudo da CNI, mas contém outros graves defeitos e ilegalidades.

Em resposta a pedido do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida provisória que impôs o tabelamento do frete, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) argumentou que, além de prejudicial para a economia, a fixação de preços mínimos acaba gerando a cartelização, isto é, a uniformização dos preços por agentes econômicos que deveriam operar em regime de competição.

Ademais, há inconstitucionalidades e outras ilegalidades flagrantes no tabelamento do frete. A Constituição afirma que a ordem econômica brasileira se baseia na livre-iniciativa, que tem entre seus princípios a livre concorrência e a liberdade para a fixação de preços. A intervenção do Estado na atividade econômica por meio da fixação de preços fere também a lei de concorrência.

É estranho que, diante desse quadro, o Supremo Tribunal Federal ainda não tenha decidido sobre as ações que contestam a constitucionalidade do tabelamento de preços mínimos do frete rodoviário. Em dezembro, o ministro-relator do caso, Luiz Fux, proibiu a ANTT de multar os transportadores que não seguirem a tabela. Na semana passada, Fux decidiu suspender todos os processos em todas as instâncias judiciais que envolvam o questionamento da tabela até a decisão final pelo plenário do Supremo. Não há previsão de quando isso ocorrerá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: 'Vale é uma joia; não pode ser condenada por um acidente'

Na Câmara, presidente da mineradora evitou comparar Brumadinho e Mariana, mas reconheceu falhas; regra de segurança será revisada

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, disse ontem que a companhia é uma "joia brasileira" e não pode ser condenada pelo rompimento da barragem em Brumadinho (MG), que deixou 166 mortos e 147 desaparecidos até ontem. O executivo rechaçou comparações com o desastre de Mariana, em 2015, mas reconheceu que o sistema de controle da companhia tem falhas e será revisado e atenderá a normas internacionais.

Segundo ele, o monitoramento de todas as barragens da empresa, após Brumadinho, passou a ser 24 horas. "A Vale é uma das melhores empresas que eu conheci. É uma joia brasileira, que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu em sua barragem, por maior que tenha sido a tragédia", disse, ao participar de uma audiência pública na Câmara. "A Vale humildemente

reconhece que, seja lá o que vinha fazendo, não funcionou, pois uma barragem caiu."

No dia anterior, veio a público manifestação que o Ministério Público Federal enviou ao Superior Tribunal de Justiça, em que considera que a mineradora "privilegiou a lucratividade em detrimento da segurança" e alerta para o risco de impunidade dos dirigentes da empresa. A informação foi dada pelo Jornal da Globo. Ontem, Schvartsman afirmou que a companhia está em contato com o U.S. Army Corps of Engineers, órgão que licencia todas as barragens nos Estados Unidos, para revisar seus processos.

O executivo disse ainda que o órgão poderá "colaborar com o novo Código de Mineração, introduzindo novas regras para barragens". O código é de 1967 e a tentativa de revisá-lo fracassou em 2017. "A Vale não quer, não pode e não deve ter problemas com barragens. Isso que aconteceu é inaceitável." O executivo observou ainda que a companhia tem cerca de 500 barragens de mineração e o ideal é que o processo de controle não seja burocrático.

"É essencial compreender que a questão de barragens se sustenta em algo fundamental, que é o laudo de estabilidade (no caso de Brumadinho, assinado pela consultoria alemã Tüv Süd), concebido por especialistas nacionais e internacionais", disse. O executivo rebateu ainda comparações entre acidentes e observações em relação à demora para solucionar os problemas causados pelo rompimento da barragem de Mariana, em novembro de 2015, que deixou 19 mortos e um desastre ambiental na região do Rio Doce.

"Compreendo a indignação, mas temos limitações, pois a barragem era da Samarco (empresa controlada pela Vale e pela BHP Billinton)", disse, ressaltando que foi criada uma fundação, a Renova, para cuidar dos desdobramentos da tragédia. E disse ainda que a barragem de Brumadinho foi comprada de outra empresa, pois a Vale não usa barragens à montante e já tinha decidido descomissioná-las (desativar e retirar rejeitos), após Mariana.

Para o futuro, destacou que a empresa passou a adotar monitoramento online. "Como garantir que outras barragens não sofrerão o mesmo risco? Mudamos o monitoramento de todas as estruturas para 24 horas por dia, integral, com a intenção de termos capacidade de reação a qualquer mudança de situação." Acordo. Ainda ontem, houve nova tentativa de acordo entre o governo de Minas, Ministério Público (MP) e a Vale para assinatura de Termo de Ajuste Preliminar sobre os danos em Brumadinho.

Outra audiência foi marcada para o próximo dia 20. Segundo o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens, Joceli Adriolli, a Vale vem pressionando para que recursos bloqueados em ações propostas pelo MP e

governo sejam liberados. "Está pior que em Mariana." Em nota, a empresa destacou que as negociações "avançaram" e reiterou "seu compromisso com a reparação dos danos". / COLABOROU LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: No Rio Paraopeba, 305 quilômetros já estão contaminados

Ao menos 305 quilômetros do Rio Paraopeba foram contaminados pelos rejeitos liberados com o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, no dia 25. O levantamento foi realizado durante uma expedição da Fundação SOS Mata Atlântica na região, em que foi avaliada a qualidade da água em 22 pontos do rio. Com duração de dez dias, a expedição foi encerrada no sábado.

A equipe percorreu mais de 2 mil quilômetros de rodovias e estradas próximas ao leito do rio, de Brumadinho até Felixlândia, também em Minas. A Fundação classifica o resultado como "estorrecedor". Em todo o percurso, a água estava com qualidade péssima ou ruim.

No último ponto, no reservatório de Retiro Baixo, a turbidez era três vezes maior do que o permitido pela legislação. Ao todo, o Paraopeba tem 546,5 quilômetros. A contaminação atinge comunidades onde vivem ribeirinhos, quilombolas, indígenas e agricultores. / PRISCILA MENGUE

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: Nada muda

A Vale deve manter nesta sexta (15), numa audiência na Justiça, as propostas que fez ao MPT (Ministério Público do Trabalho) para indenizar as famílias das vítimas do acidente na barragem de Brumadinho (MG).

Digo não

A reunião pode resultar em impasse: num encontro com representantes do MPT, na quarta (13), os parentes dos mortos decidiram rejeitar as ofertas da empresa.

Justo

A mineradora, que ofereceu até R\$ 300 mil de indenização moral a parentes diretos, afirma que sua proposta é superior ao que a lei e a jurisprudência determinam.

Veja bem

“Estamos dispostos a ouvir. Mas contamos com a ajuda do Ministério Público para que a nossa oferta seja bem compreendida”, diz Maurício Pessoa, advogado da Vale.

Positivo

Os procuradores dizem que não podem endossar nada sem a concordância dos familiares das vítimas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 15/02/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Petrobras fará provisão de R\$ 3,5 bilhões**

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO - A Petrobras reconhecerá provisão de R\$ 3,5 bilhões no balanço do quarto trimestre após acordo com a ANP (agência do petróleo) para unificação de campos do Parque das Baleias.

O entendimento encerra uma disputa de cinco anos sobre participações governamentais. Em 2014, a ANP decidiu que as áreas produtivas que formam o Parque das Baleias deveriam ser consideradas apenas um campo, o que elevaria de forma relevante o cálculo de pagamento de participações especiais à União.

A participação especial é uma compensação financeira paga por petroleiras apenas em campos com grande volume de produção.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 15/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Angela Boldrini e Fernando Tadeu Moraes****Título: Presidente da Vale diz que empresa é uma joia e não pode ser condenada**

Executivo depôs a comissão da Câmara; parentes de vítimas rejeitam primeira proposta de acordo

Brasília - O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou nesta quinta-feira (14) que a mineradora é uma "joia" e "não pode ser condenada por um acidente, por maior que tenha sido a tragédia".

O executivo prestou depoimento à comissão externa da Câmara dos Deputados, em Brasília. Schvartsman afirmou ainda que a barragem de Brumadinho (MG), que rompeu no dia 25 de janeiro, não apresentava risco iminente.

Segundo ele, foi a primeira vez que uma estrutura desativada se rompeu. A barragem não era usada desde 2015.

Sobre o fato de o refeitório e a sede administrativa da empresa estarem abaixo da barragem, Schvartsman disse que o gerente local de cada mina tem a autonomia para decidir sobre onde construir os prédios.

"O gerente local tem autonomia de investimento de R\$ 40 milhões, sem perguntar nada para ninguém. Não vem para a diretoria se vamos construir refeitório aqui ou acolá, vamos mudar prédio administrativo para aqui ou acolá", afirmou o executivo.

De acordo com o presidente da Vale, o fato de o gerente responsável por Brumadinho ter morrido no local provaria que a empresa não tinha conhecimento de problemas. Até esta quinta-feira, eram 166 mortos e 155 desaparecidos.

Na quarta-feira (13), parentes de trabalhadores mortos, assim como funcionários da empresa e de terceirizadas da mineradora, decidiram não aceitar o acordo proposto na semana passada.

A recusa deverá ser formalizada por meio do MPT (Ministério Público do Trabalho), que participou da assembleia.

A Vale apresentou ao MPT proposta com indenização por danos morais de R\$ 75 mil a R\$ 300 mil, dependendo do parentesco com a vítima.

A empresa se comprometeu com o pagamento mensal correspondente a dois terços do salário líquido do trabalhador morto até a data em que ele completaria 75 anos e garantia de "emprego ou salário" para os empregados de Brumadinho até o fim de 2019.

"Hoje, pelo que nós vimos, não vamos concordar com essas propostas. Vamos discutir para sair uma outra proposta", disse o procurador Aurélio Agostinho Verdade Vieito ao fim da assembleia.

Colaborou Bernardo Barbosa, do UOL

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: CVM vai investigar conduta de executivos da mineradora

Rio de Janeiro - A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) vai investigar a conduta dos administradores da Vale em relação à barragem que se rompeu em Brumadinho (MG).

Entre os investigados, está o presidente da companhia, Fabio Schvartsman, diretores e conselheiros. O foco é avaliar se os administradores cumpriram o dever de diligência.

Em outro processo, a CVM investiga a divulgação de informações após o rompimento da barragem, para saber se a empresa cumpriu as regras de publicação de fatos relevantes. A informação sobre o novo processo foi publicada pelo jornal Valor Econômico.

A comissão também abriu mais dois processos, nos quais vai analisar reclamações de investidores e público em geral.

A CVM informou que, dependendo do resultado das investigações, pode decidir por abertura de processo sancionador —já com acusações.

Desde o rompimento da barragem, a Vale vem frisando que cumpriu todas as exigências legais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Thiago Amâncio

Título: Lama da Vale pode ter destruído pelo menos 8 sítios arqueológicos em MG

Iphan diz que ainda não sabe mensurar impactos da onda de rejeitos sobre o patrimônio histórico

São Paulo- O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), que deixou 166 pessoas mortas, 147 desaparecidas e uma mancha de destruição ambiental, pode ter feito também outra vítima: o patrimônio histórico.

Pelo menos oito sítios arqueológicos identificados pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) estavam na rota da lama de rejeitos de mineração.

São eles: Samambaia 1 e 2, Aqueduto Córrego do Feijão, Berro 2, Fazenda Velha 1 e 2 e Fazenda Recanto 1 e 2. Há ainda outros que podem ter sido comprometidos por ficarem ao longo do rio Paraopeba

Nos sítios Fazenda Velha, à margem direita do ribeirão Ferro-Carvão (ou Córrego do Feijão, que dá nome à mina da Vale) foram encontradas ruínas de edificações com muros de pedra e adobe. Estruturas de pedra que formavam muros de blocos encaixados também faziam parte do sítio da Fazenda Recanto.

No sítio Samambaia 1, havia escavações circulares que caracterizam fornos de carvão e um canal de adução (sistema para transportar água). Também há uma construção colonial, com alicerces de pedra, parede de pau a pique e assoalho de madeira, além de uma escadaria de pedra. Esses bens não são tombado pelo Iphan.

A região de Brumadinho começou a ser explorada a partir do século 18, com a ocupação do vale do rio Paraopeba por expedições de bandeirantes — dessas entradas surgiram cidades como Ouro Preto e Mariana.

O Iphan informou que os sítios arqueológicos não estavam catalogados, de modo que não seria possível informar as datas estimadas das construções que podem ter sido atingidas pela lama da Vale.

O rompimento da barragem da Vale alarmou a coordenadoria de defesa do patrimônio cultural do Ministério Público de Minas Gerais, que acionou a superintendência do Iphan no estado para que fizesse uma vistoria no local.

O Iphan respondeu à Promotoria que “elementos culturais mais significativos, como por exemplo Serra da Calçada [conjunto histórico e paisagístico entre Brumadinho e Nova Lima] e Forte Brumadinho [construção do século 18], estão fora da área afetada.”

A Folha, o órgão afirmou que não é possível mensurar os impactos em bens culturais acautelados pelo governo federal “em função dos trabalhos de resgate das vítimas e de recuperação dos danos causados pelo acidente, que ainda estão sendo realizados”.

“O Iphan se mantém atento e acompanha os trabalhos realizados no local. Assim sendo, aguarda o momento propício para, se necessário, fazer as intervenções técnicas cabíveis ao Instituto e, desta forma, cumprir sua missão constitucional de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Ricardo Brito

Título: Procuradoria diz que Vale privilegiou lucro em vez de segurança

Brasília- O Ministério Público Federal afirmou, em parecer enviado ao Superior Tribunal de Justiça, que a Vale tomou decisões sobre a barragem de Brumadinho (MG) com o objetivo de privilegiar o lucro da companhia em detrimento da segurança dos trabalhadores.

A avaliação é contestada pela mineradora, que destaca que a barragem 1 da mina do Córrego do Feijão foi construída pela Ferteco, empresa adquirida pela Vale, e que coube à dona anterior do empreendimento a escolha pelo método amontante, uma técnica de construção mais barata, mas que oferece maiores riscos.

Ao comentar o caso para uma instrução de futuro julgamento de habeas corpus pelo STJ sobre cinco pessoas que tiveram a prisão decretada após o desastre, o subprocurador-geral da República João Pedro de Saboia Bandeira de Mello Filho disse que a tragédia em si não se deve a “qualquer fraude ou negligência dos técnicos”, e apontou para os “motivos econômicos”.

Ele avaliou no parecer que a mineradora fez escolhas, como deixar refeitório próximo à barragem ou não ter esvaziado o depósito de rejeitos, mesmo ele estando desativado há anos, por opção econômica.

“Assim, tudo até agora vem indicando que a Vale privilegiou a lucratividade em detrimento da segurança de seus trabalhadores e dos habitantes do entorno”, disse Bandeira de Mello na manifestação entregue na quarta-feira (13).

Procurada, a Vale afirmou ainda que a barragem não recebia rejeitos desde julho de 2016, ou seja, estava inativa, “sendo que tal decisão se baseia justamente em premissas de segurança”.

Em nota, a Vale disse que aguardava o licenciamento ambiental para o início do processo de descomissionamento (desmonte da barragem), conforme determina a lei, sendo que o requerimento se deu em agosto de 2015 e somente houve a autorização em dezembro passado.

Reuters

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: A Petrobras na era Bolsonaro**

"O monopólio é incompatível com a democracia" afirma o novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, avisando que vai vender ativos da empresa para que haja competição em todas as áreas onde atua. Ele diz que os preços dos combustíveis vão seguir as cotações internacionais. Depois do petróleo, o maior foco da empresa será ampliar a oferta de gás no país. Ele confirma que mudará toda a política de patrocínio de esporte e cultura da companhia para investir em educação infantil.

Castello Branco tem formação liberal, é doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas com pós-doutorado na Universidade de Chicago. Diz que teve o privilégio de ter aulas com Gary Becker, prêmio Nobel, um dos pais da teoria do capital humano, e de trabalhar com Carlos Geraldo Langoni. Por isso, afirma que a empresa fará investimentos em educação infantil para crianças pobres. Falou sobre isso no contexto da revisão dos patrocínios para o esporte e a cultura, durante uma entrevista que fez com ele na Globonews:

— Existem outros financiadores para a cultura. Não vamos sair completamente. Achemos que o retorno para a sociedade será muito maior se fizermos isso (investir na educação infantil).

Ele já foi um grande defensor da privatização da Petrobras, mas quando perguntei sobre o fato de o presidente Jair Bolsonaro ser contra, ele disse que é disciplinado e seguirá essa orientação. Mas defende um programa muito mais agressivo de venda de ativos no refino:

— Detestamos a solidão do mercado. Queremos ter concorrentes no refino, para que a decisão sobre preços seja percebida pela sociedade como decorrência da relação fornecedor-cliente.

Castello Branco diz que logo depois do choque do petróleo houve uma greve de caminhoneiros nos Estados Unidos por causa do preço. Foi incluída uma cláusula sobre reajuste do diesel no contrato entre as transportadoras e as empresas que demandam esse serviço, que funciona até hoje. Está sendo pensado também a criação de um cartão pré-pago, em que o caminhoneiro possa pagar antecipadamente o combustível. De qualquer maneira, a política de

preços não será de reajuste diário, mas haverá o acompanhamento de cotações internacionais.

Sobre as refinarias, Castello Branco disse que a ideia é reduzir para 50% a participação da Petrobras. O governo anterior programara vender apenas participações. Agora, serão unidades inteiras. Mas ele disse que o governo Bolsonaro não quer trocar um monopólio estatal por outro privado:

— O monopólio prejudica muito os consumidores e acaba prejudicando o próprio monopolista, atraindo a intervenção do Estado e gerando enormes distorções. Nós queremos nos ver livres disso.

A diretriz da empresa é agora investir no que ele define como os “ativos que ela é dona natural”: — Nosso foco é pré-sal, águas profundas, onde temos ativos de classe mundial. Alta qualidade, custo baixo de extração, longa vida, esse é o nosso negócio principal.

Muitas companhias de petróleo estão se reposicionando como empresas de energia, preparando-se para o mundo da energia de baixa emissão. As últimas duas administrações da Petrobras estavam aumentando investimento em energia solar e eólica. Agora o interesse será no gás:

— No curto prazo, nosso foco é a produção de petróleo, é extrair o máximo de riqueza que temos. A mãe natureza nos deu uma riqueza fantástica, com o uso da tecnologia e capital humano para explorar isso. Outra riqueza que temos é o gás natural. É um mercado que precisa ser aberto. A Petrobras possui monopólio em toda a cadeia produtiva. É necessária uma mudança em leis e regulações para termos um mercado vibrante. O gás é um combustível fóssil com baixa emissão de carbono. Quanto às renováveis, solar e eólica, a Petrobras tem projeto de pesquisa mas olha com perspectiva de longo prazo.

Ele diz que a tendência é vender a participação na Braskem. Sobre o leilão da cessão onerosa, disse que até o final deste mês vai ser concluída a primeira parte e deve ocorrer ainda este ano. Sobre governança, ele acha que as duas últimas administrações fizeram as mudanças necessárias. Castello Branco afirmou que uma grande preocupação da sua gestão será minimizar os riscos de acidentes ambientais, seja nas plataformas, nas refinarias ou nos dutos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/02/2019

Seção: O País

Autor: BRUNO GÓES BRASÍLIA

Título: Vale é ‘joia da coroa’, não pode ser condenada

Para presidente da empresa, rompimento de barragem foi acidente; procurador diz que companhia sabia de problemas

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou ontem que a companhia não pode ser condenada pelo rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Para o executivo, a Vale é uma "joia brasileira" e não pode pagar pelo que classificou de "acidente". O rompimento da barragem do Córrego do Feijão, no fim de janeiro, deixou 166 mortos e 155 desaparecidos.

— A Vale é uma das melhores empresas que eu conheci da minha vida. É uma joia brasileira, que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu em sua barragem, por maior que tenha sido a tragédia — disse Schvartsman.

O executivo participou de sessão da Comissão Externa criada por parlamentares, na Câmara, para acompanhar os desdobramentos do caso. Ele afirmou que a empresa não sabe quais são as causas do rompimento da barragem.

— Continuamos sem saber os motivos que causaram o acidente. Todas as informações que nós possuíamos e que foram enviadas pelos técnicos demonstravam que não havia qualquer perigo iminente sobre aquela barragem e que não havia qualquer razão de alarme ou de preocupação maior da gestão da companhia. Se tivéssemos qualquer sinal relevante nessa direção, teríamos agido — afirmou.

"NÃO FOI OBRA DA NATUREZA"

Parlamentares reagiram à fala do presidente da Vale, e acusaram a empresa de não dar o apoio devido às vítimas do desastre. Ao responder às perguntas, Schvartsman declarou que compartilhava a indignação de parlamentares. O presidente da Vale chegou a ser chamado de "bandido" e "assassino" pelo deputado André Janones (Avante- MG). Outros dois parlamentares disseram que Schvartsman tinha a "cara lavada" por argumentar que a Vale não deveria ser punida.

Representando o Ministério Público, o procurador Antônio Sérgio Tonet afirmou que as causas do acidente ainda estão sendo apuradas, mas "já há elementos para indicar que esse rompimento não aconteceu por obra da natureza". Ele sustentou que a Vale já sabia de alguns problemas na barragem e que havia preocupação da empresa em relação ao local.

Na audiência, Schvartsman disse ainda que a prioridade da empresa é cuidar e acelerar o atendimento às vítimas. Segundo ele, a intenção é "minimizar, se é que é possível, a dor dos atingidos".

— A Vale está concedendo uma doação de R\$ 100 mil para cada uma das famílias atingidas que têm vítimas. Outra doação de R\$ 50 mil para cada indivíduo que teve sua casa destruída, mais uma doação de R\$ 15 mil para todas as pessoas impactadas. Não que achamos que resolva. São doações mesmo, em troca de nada. E as indenizações serão pagas —disse o executivo.

Durante sua exposição, o presidente da empresa ressaltou que a Vale possuía um laudo de estabilidade da barragem do Córrego do Feijão e que esse tipo de documento representa "a pedra fundamental de todo o sistema de mineração".

Schvartsman destacou que o sistema operacional de barragens é descentralizado e funciona por "delegação":

— Em Brumadinho, os gestores locais têm total autonomia quando avaliam risco.

O executivo da Vale informou que continua à frente da empresa enquanto tiver a confiança dos acionistas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/02/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI

Título: Vale: CVM investiga administradores por causa de Brumadinho

Órgão apura se atuação de presidente e diretores visava aos interesses da empresa e de acionistas

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, diretores e conselheiros da companhia são alvo de uma investigação aberta pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de janeiro, três dias após o rompimento da barragem de Brumadinho (MG). A entidade reguladora do mercado de capitais brasileiro apura a conduta dos administradores antes do acidente, para averiguar se cumpriram suas obrigações com a companhia, seus acionistas e investidores.

Se as investigações levarem à abertura de um processo, será a primeira vez que isso irá ocorrer em consequência de um desastre ambiental, com os administradores de uma companhia de capital aberto considerados pessoas físicas. Em nota, a CVM afirmou que a apuração “não inclui atuação sobre questões relativas à legislação ambiental”!

— Não tenho conhecimento de caso similar. Está correto abrir uma investigação após a ocorrência ambiental, porque afetou o mercado de capitais brasileiro, o desempenho da Bolsa, a companhia e seus acionistas. Daí a importância de

apurar se os administradores cumpriram seus deveres — explica o advogado Leonardo Lobo, sócio da área de Societário do Vinhas e Redenschi Advogados.

A investigação está focada no cumprimento dos deveres dos administradores, como descritos na Lei das S.A. Desde o desastre, a Vale acumula uma queda de R\$ 55,4 bilhões em valor de mercado.

— É importante apurar decisões e processos adotados, e eventuais omissões. Será um processo longo, que dependerá também de apurações em outras esferas, como o Ministério Público e a Polícia Federal — diz Lobo.

Pela Lei das S.A., os administradores têm de exercer suas funções com cuidado e diligência, atuando no interesse da companhia — e podem responder civilmente por prejuízos causados.

Outra investigação da CVM apura as informações que a Vale divulgou ao mercado após o acidente. Se for aberto um processo, a multa pode ser de R\$ 20 milhões.

A Vale não quis comentar. No caso dos comunicados ao mercado, afirmou atualizar de forma sistemática o mercado sobre medidas adotadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/02/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras pagará mais de R\$ 3 bi por unificação de campos no ES

Em acordo com ANP, estatal reconhece incidência de participações especiais

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) pretende assinar até o fim de março um acordo com a Petrobras que deve resultar num pagamento de mais de R\$ 3 bilhões pela estatal na forma de participações especiais (PEs) pela produção de petróleo no litoral do Espírito Santo. A estatal concordou com a unificação de sete campos produtores que formam o chamado Parque das Baleias, na Bacia de Campos, mas que ficam na costa capixaba. Dessa forma, a soma da produção atinge patamar suficiente para a cobrança de PEs, que só incidem sobre campos de alta produtividade.

NEGOCIAÇÃO DESDE 2014

As negociações duraram quase cinco anos. Segundo a ANP, a Petrobras aceitou pagar R\$ 3,1 bilhões referentes às PEs a partir do quarto trimestre de 2016. Já a Petrobras, em nota, previu o pagamento de R\$ 3,5 bilhões e informou que

reconhecerá provisão deste valor nas demonstrações financeiras com o resultado consolidado do Grupo Petrobras do 4º trimestre de 2018, cuja divulgação está marcada para o próximo dia 27. A companhia ressalta, contudo, que a assinatura do acordo ainda está sujeita aos trâmites de aprovação estabelecidos pelos órgãos competentes.

Cerca de R\$ 1,1 bilhão será pago à vista a partir da formalização do acordo e a outra parte em 60 parcelas. A decisão vai beneficiar diretamente o governo do Espírito Santo e vários municípios. Em valores nominais, a ANP estima que, nos próximos 20 anos, esses campos poderão render aproximadamente R\$25,8 bilhões em PEs.

O Parque das Baleias é formado originalmente por oito campos produtores de petróleo e gás natural. Em 2014, a ANP determinou a unificação das áreas ao campo de Jubarte, mas a estatal resistiu, e um processo arbitral foi aberto na Câmara de Comércio Internacional. No segundo semestre do ano passado, a ANP realizou uma tomada pública para receber contribuições a respeito do assunto, que culminou com uma audiência pública, realizada ontem, e o acordo. Segundo a minuta aprovada, três campos serão unificados, além de parte de áreas de outros quatro.

INDICAÇÃO RECUSADA

A Petrobras informou ontem que o funcionário Carlos Victor Guerra Nagem não teve seu nome aprovado na avaliação interna de governança para ocupar o cargo de gerente de Inteligência e Segurança da estatal. Ele havia sido indicado para o cargo no mês passado pelo presidente da estatal, Roberto Castello Branco, e foi apontado pelo presidente Jair Bolsonaro como seu “amigo particular”.

Segundo a estatal, “apesar de sua sólida formação acadêmica”, Nagem não foi aprovado devido à falta de experiência em funções de gerência. Ele trabalha na Petrobras há onze anos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Simone Kafruni

Título: A Vale não merece ser condenada

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, deixou deputados federais indignados, ontem, ao dizer que a companhia “é uma joia brasileira que não merece ser condenada por um acidente” e reconhecer que não sabe o que

ocasionou o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). A tragédia deixou 166 mortos e 155 desaparecidos. O executivo participou da primeira audiência pública da comissão externa da Câmara dos Deputados criada para apurar o desastre. A reunião durou seis horas. Durante o minuto de silêncio em respeito aos mortos, Schvartsman foi o único a permanecer sentado, de cabeça baixa, enquanto todos os presentes na sala lotada fizeram a homenagem em pé.

O dirigente tentou de todas as maneiras minimizar a responsabilidade da diretoria e da companhia. “A Vale existe há 70 anos e nunca tinha ocorrido problema de barragem. O primeiro foi no Córrego do Feijão, numa barragem que não foi construída pela Vale, e sim pela Ferteco (mineradora comprada pela Vale)”, justificou. Schvartsman também se eximiu do que ocorreu em Mariana. “Estou há apenas um ano e meio na presidência. Depois do acidente da Samarco (da qual a Vale é sócia), a empresa começou a fazer descomissionamento em todas as suas barragens a montante”, disse. “A razão de não ter feito antes foi porque não tinha ocorrido acidente até Mariana”, emendou.

Conforme ele, a questão das barragens “se sustenta numa pedra fundamental, que é o laudo de estabilidade”, concedido por especialistas. “É impossível, de outra maneira, gerir o sistema. Não pode ter burocracia”, ressaltou. Schvartsman disse que não há tempo de envolvimento de outros agentes a não ser os especialistas dos laudos.

Com ânimos exaltados, vários parlamentares rechaçaram a ideia de o desastre ser tratado como acidente e disseram estar ainda mais preocupados com a afirmação de que o presidente da companhia admite não saber o que ocasionou o rompimento. Houve até quem lembrou que, no período em que está à frente da empresa, Schvartsman recebeu quase R\$ 40 milhões de salário e que, por isso, deveria estar a par de tudo que ocorre na Vale. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os vencimentos somam R\$ 19 milhões por ano.

Providências

O executivo também apresentou as providências que a empresa está tomando. Ressaltou que mantém contato com um órgão norte-americano de licenciamento de barragens, o US Army Corps of Engineers, para intensificar a segurança nas suas estruturas. “A Vale, humildemente, reconhece que, seja lá o que vinha fazendo, não funcionou, pois uma barragem caiu. O que ocorreu foi inaceitável, por isso recorremos à ajuda externa”, explicou.

Questionado pelos parlamentares se a Vale sabia com antecedência da possibilidade de um rompimento e tinha até um estudo sobre o número de vítimas caso a barragem se rompesse, Schvartsman se defendeu. “Apesar de ser

presidente da companhia, não sou dono da verdade. Não sei tudo o que acontece lá. O gerente local tem a autonomia de investimento de R\$ 40 milhões para definir onde fica o refeitório ou se precisa deslocar um prédio sem perguntar nada para ninguém. Ele morreu no local, maior prova de que nós não sabíamos que isso ia ocorrer. Quando digo que foi uma surpresa é porque foi mesmo”, sustentou.

Sobre os estudos, o executivo justificou que existe uma obrigação legal imposta pela Agência Nacional de Mineração (ANM) de calcular o impacto de uma eventual falência das minas no número de vítimas. “Isso é lei. Em absoluto significa que a Vale sabia que algo ia acontecer a ponto de saber o número de mortos. Demos amplo acesso a todos os documentos, tanto que estudos em desenvolvimento vazaram e concluiu-se que a companhia já sabia. Era apenas especulação, que não chega à diretoria, fruto das condições a que estamos submetidos”, reiterou.

“Apesar de ser presidente da companhia, não sou dono da verdade. Não sei tudo o que acontece lá”

Fabio Schvartsman, presidente da mineradora

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Simone Kafruni

Título: Acusada de usar remédio vencido

A Vale negligenciou o atendimento de índios do entorno de Brumadinho (MG) e dos animais resgatados da lama. A denúncia foi feita ontem pela coordenadora de Emergências Ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernanda Pirillo, na sessão da comissão externa da Câmara dos Deputados para apurar o rompimento da barragem do Córrego do Feijão.

“Temos feito vistorias nas áreas que a Vale está implementando para o recebimento de animais e verificamos a validade de medicamentos. Por incrível que pareça, nos primeiros dias, a Vale tinha providenciado remédios vencidos”, afirmou. Segundo a coordenadora, o Ibama está de olho “nos animais que foram impactados pela lama, nos que ficaram presos nas casas e nas instalações que foram abandonadas e também nos que costumam buscar água e ficam atolados”.

Em nota, a Vale informou que, na primeira semana após o rompimento da barragem, os postos de atendimento receberam doações de remédios veterinários procedentes de vários locais do país. “Esses medicamentos passaram por triagem nos locais de atendimento. Os produtos que se encontravam com validade vencida foram descartados. Nenhum animal foi tratado com medicação vencida.” (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/02/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: O passado como lição

Visão do Correio

A tragédia do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho completa três semanas hoje. Tanta notícia ruim surgiu depois deixa a impressão em muita gente de que esse fato ocorreu há bem mais tempo. Corpos de vítimas ainda são procurados no mar de lama de rejeitos de minério. Até agora, são 166 mortes confirmadas e 155 desaparecidos. As investigações, no entanto, avançam, mostrando várias falhas e culpados.

Para os integrantes da força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais que apura o caso, é cada vez mais provável que os responsáveis pelo local sejam denunciados por homicídio — somente ao término do trabalho será possível saber se culposos ou dolosos, e a quem será imputado o crime. “O que se sabe é que havia risco acima do padrão aceitável (para o rompimento da barragem). Há indícios claros de que a Vale sabia que os riscos estavam aumentando”, afirmou o promotor André Sperling.

Documentos internos da Vale, datados de outubro de 2018, faziam projeções sobre um eventual rompimento da barragem do Feijão, em Brumadinho. Os números de mortos seriam mais de 100, a previsão de causa (liquefação ou erosão) e o prejuízo previsto (US\$ 1,5 bilhão). Oficialmente, a mineradora afirma se tratar de estudo com cenários hipotéticos para danos e perdas, sem significar que a estrutura estava em risco, mas para integrantes da força-tarefa do MP mineiro é muito mais do que isso. Indica que medidas deveriam ter sido adotadas, o que acabou não ocorrendo. E o pior: há outras barragens que representam perigo.

Uma das matérias mais lidas esta semana no site do Correio Braziliense mostra como ficaria a situação em Congonhas (MG) em caso de rompimentos das barragens locais. São 24 no total, e 54% delas têm dano potencial associado considerado alto. Os cenários estudados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente apontam uma paisagem desoladora no município de 54 mil habitantes, distante 89km de Belo Horizonte. A cidade histórica, que abriga os profetas do mestre Aleijadinho, seria praticamente varrida do mapa em qualquer situação. E não para por aí. Povoados até mesmo de outros municípios seriam drasticamente afetados.

Analisar os riscos faz parte do trabalho de qualquer empresa ou governo. Colocar em prática ações para minimizá-los é um passo adiante e merece atenção especial. Há registro de 20 acidentes com barragens no mundo, sendo sete deles no Brasil. Todos em Minas Gerais. O caso mais antigo foi a mina de Fernandinho, em 1987, quando sete pessoas morreram. Em um intervalo de 32 anos, as tragédias se tornaram recorrentes. Muito pouco foi aprendido com o rompimento da barragem de Mariana, em novembro de 2015. Quais lições serão tiradas de Brumadinho? Uma delas é que a prevenção deve estar em primeiro lugar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Roberto Fonseca

Título: Punição e recuperação

O país continua atônito — e ainda em busca de respostas, além dos corpos de 155 pessoas que continuam desaparecidas —, passadas exatas três semanas da tragédia que se abateu sobre Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Todos os esforços de recuperação da área devastada têm de ser feitos pelas autoridades e pela Vale, empresa proprietária da barragem da Mina do Córrego do Feijão que se rompeu, levando com o mar de lama que se formou a vida de mais de uma centena de pessoas — 166 corpos foram resgatados pelos incansáveis bombeiros mineiros e de outros estados da Federação.

A sociedade brasileira, especialmente a mineira, exige punição exemplar a todos os responsáveis pela catástrofe que destruiu famílias e sonhos, pois ainda está viva na memória tragédia semelhante ocorrida em Mariana, com o estouro da Barragem do Fundão, causando a morte de 19 pessoas e um dos piores desastres ambientais do mundo. Quase nenhum responsável pelo desastre na

cidade histórica foi punido, e os processos contra a empresa Samarco, controlada pela Vale, se arrastam na Justiça. São ações protelatórias atrás de ações protelatórias, prejudicando, há mais de três anos, os atingidos.

É preciso ressaltar que, a par da severa punição aos responsáveis pelos crimes de Brumadinho e de Mariana, a economia de Minas Gerais, em grande parte voltada para a indústria extrativa mineral, depende da perenidade das empresas mineradoras, responsáveis pela geração de dezenas de milhares de empregos em Minas e de centenas de milhares em todo o Brasil. São, também, as principais geradoras de impostos para muitos municípios espalhados pelo país. A economia não pode prescindir das atividades das companhias do setor minerário, mas elas devem ter, como compromisso primeiro, só operar sob garantias absolutas de segurança. A população não vai tolerar uma terceira tragédia de tamanhas proporções.

Não é compreensível que a segurança em áreas de risco, como as de barragens de rejeito de mineração, ainda usem obsoletos sistemas de alerta baseados em sirenes, que não funcionaram após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. Chega a ser um acinte que empresas da magnitude da Vale — uma das maiores mineradoras do planeta — ainda se fiem em alarmes usados há mais de 70 anos, nos bunkers ingleses, durante a Segunda Guerra Mundial. O que se exige são sistemas modernos como os utilizados em países com tradição minerária, como o Canadá e a Austrália, onde nunca ocorreram desastres como os de Brumadinho e Mariana.

A Vale, um dos principais sustentáculos da economia mineira e com atuação em vários estados, não pode ficar parada. Deve voltar a operar com urgência, mas somente depois de ressarcir as vítimas da catástrofe, totalmente, e em completas condições de segurança. O mesmo se aplica a Samarco. Que os responsáveis pelas tragédias sejam punidos exemplarmente, sem qualquer condescendência. Mas que também sejam restauradas as condições para que as empresas voltem a operar dentro da normalidade, pois a economia de Minas tem de voltar a funcionar plenamente. O que é bom para o estado e todo o Brasil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Francisco Viana/Claudio Pimentel

Título: O rosto da Vale em Brumadinho, no Brasil e no mundo

A gestão na crise de comunicação no rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, está sendo feita, como afirma o comunicador Mário Rosa,

com “nota 10”, mas isso não apaga o rosto da responsabilidade pela tragédia: a Vale.

Não estamos, felizmente, no século 17, quando as responsabilidades das empresas, então nascentes, eram difusas e, portanto, tornava-se quase impossível identificar os responsáveis. Estamos no século 21, em que qualquer coisa que se diga, ainda no calor dos fatos, é precipitado. Hoje, graças às leis e à velocidade da comunicação, os erros perseguem, como uma sombra, quem os pratica. Na sociedade de massa, demora-se muito para construir uma reputação que é facilmente destruída.

Quem dirige a Vale? Seu presidente e diretores. Portanto, o rosto de cada um está por trás da crise. Não se trata de demonizá-los, mas de responsabilizá-los. Afinal, não adianta tirar nota 10 em gestão de comunicação de crise se a nota para a gestão geral da empresa é zero. Vira nonsense, pois a realidade indica que faltou prevenção, faltou antecipação. Faltou, especialmente, o sistema de alerta à população quando a barragem estava prestes a se romper.

Reportagem publicada (dia 13 de fevereiro) no prestigioso El País informa que, se o alerta tivesse funcionado, poderiam ter sido salvas 150 vidas. A história, porém, não se faz com se. Agora, só resta saber o que fazer com o que acontece de verdade. Mesmo assim, o número de mortos em Brumadinho teria sido elevado: 10, segundo estimativa do jornal, com base em relatório interno da empresa. Aliás, uma vida apenas já teria sido custo elevado.

Quem são os responsáveis pelo alerta não ter funcionado? Seu presidente e diretores. Eles são os responsáveis principais. É preciso que se diga com todas as letras: a crise está aí e ainda vai acontecer muita coisa. Não se pode confundir prevenção com gestão de crise. Ou comparar a crise de Brumadinho com o incêndio que destruiu o alojamento das categorias de base do Flamengo, no Rio de Janeiro, deixando 10 garotos mortos.

São tragédias distintas. Nem se pode falar bem de gestão de uma crise que ainda não terminou. Que já causou tantos estragos. E ainda causará. Além das vidas, há os imensuráveis prejuízos financeiros e de reputação da Vale. Como são construídas as barragens? Pelos métodos mais econômicos e, também, menos seguros? Como são fiscalizadas? São perguntas sem respostas, mas um fato é real: as tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) destruíram qualquer resquício de credibilidade das fiscalizações, se é que ainda existiam.

O elogio à gestão de crises feito por Mário Rosa fala do tema sob o ponto de vista técnico, como ele mesmo afirma. O que seria técnico, se no Brasil e, mesmo internacionalmente, não há paralelo de uma tragédia de tais proporções?

Certamente, a tragédia vai inspirar ações. Um estudioso do tema comunicação, que é indispensável ler para aguçar o espírito crítico entre comunicadores, é o linguista e filósofo norte-americano Noam Chomsky, que não fica enrolando e vai diretamente ao ponto: é preciso valorizar a vida, que entre nós não tem valor algum. Esse é o ponto de partida para o entendimento da catástrofe de Brumadinho.

Não o discurso sobre a técnica. Um discurso que só contribui para adensar a crise, criar nuvens de fumaça, alimentar fake news. Técnica: que técnica? Fazer um release e um gabinete de crise? Técnica do ponto de vista de quem? Para fabricar um consenso? Impossível. Vive-se numa sociedade em que há liberdade de expressão. E Brumadinho gerou uma grande revolta em todo o país.

Revolta que não se limitou a Brumadinho e repercute em todo o mundo. Diariamente. Porque o erro é como um oceano, e os elogios como gotas de água. Pelo menos em casos como esses, que, entres outras gotas, carrega também as de lama e as de sangue. Nesse contexto, é preciso rever de alto a baixo os critérios técnicos para temperá-los com saudável humanismo. Por que não? Não será a lição a se aprender a partir da trágica experiência de Mariana-Brumadinho?

MME / ASCOM .